

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ATENDIMENTO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE NA UEPB/BRASIL

Maria Noalda Ramalho – UEPB
noaldaramalho@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo é resultado da nossa pesquisa de doutorado sobre a avaliação do Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Dentre os resultados obtidos, faremos um recorte dos dados coletados sobre a formação de professores no processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. Esta investigação, realizada em cursos de graduação da UEPB, foi do tipo exploratória, assumindo a forma de estudo de caso. Os instrumentos para a coleta de dados foram a pesquisa documental, o questionário, a entrevista semiestruturada e a observação para o registro das interações dos estudantes especiais, seus tutores e seus professores de graduação. A entrevista foi aplicada a vinte seis pessoas, sendo sete estudantes com deficiência, nove tutores especiais, uma colega colaboradora, oito professores e a coordenadora do Programa. Nas observações realizamos um estudo de caso de dois estudantes com deficiência, escolhidos dentre os que participaram das entrevistas. Assim, elegemos Gabriela, com deficiência visual, e Pedro, com surdez (ambos os nomes são fictícios). Os dados apontaram que, a despeito da preocupação dos professores para terem um bom relacionamento com os estudantes especiais e utilizarem uma didática aparentemente adequada às necessidades educacionais dos mesmos, existe a necessidade da formação docente para uma melhor prática da educação inclusiva na instituição. A partir de tais resultados a temática da formação docente vai ser discutida no presente artigo pelos autores (BUENO, 1999; MARTINS, 2009; FREITAS, 2009; MIRANDA, 2007, CHACON, 2004, PIMENTA E ANASTASIOU, 2008) e alguns arsenais jurídicos.

Palavras-Chave: Formação de Professores, Inclusão, Universidade

ABSTRACT

This article is based on the results of our doctoral research on the evaluation of the Special Tutoring Program at the State University of Paraíba (UEPB). Among the results, we will make a clipping from the collected data concerning the training of teachers in the inclusion of students with disabilities in higher education process. This research, conducted at the State University of Paraíba's higher education courses, was the exploratory type, assuming the form of a study case. The data collection instruments were the documental research, the questionnaire, the semi-structured interview and the observation aiming to record the interactions of special students, their tutors and their professors. The interview was applied to twenty six people: seven students with disabilities, nine special tutors, a collaborative colleague, eight teachers and the

program's coordinator. Through the observations, it was made a study case of two students with disabilities, chosen among those who participated the interviews. Thus, we elect Gabriela, visually impaired, and Pedro, with deafness (both fictitious names). The data demonstrated that, despite the concern of teachers to have a good relationship with the special students and the use of an apparently adequate educational didactic adapted to their needs, there is still a need for teacher training for a better inclusive education practice in the institution. From these results the theme of teaching training will be discussed in this article by the authors (BUENO, 1999; MARTINS, 2009; FREITAS, 2009; MIRANDA, 2007 CHACON, 2004, PEPPER AND ANASTASIOU, 2008) and some legal arsenals.

Keywords: Teacher Education, Inclusion, University

1. INTRODUÇÃO

A formação de professores para a inclusão educacional de pessoas com deficiência tem sido alvo de debates em todos os níveis e modalidades de educação na contemporaneidade. Assim, não há como as universidades brasileiras se omitirem da discussão dessa questão, uma vez que atualmente, após uma longa trajetória histórica, muitas das Instituições de Ensino Superior (IES) do país já contam com a inserção desse público em seu corpo discente.

O presente artigo constitui parte de nossa tese de doutorado acerca da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior. A referida pesquisa verificou os efeitos do Programa de Tutoria Especial da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)/Brasil, criado para prestar atendimento educacional individualizado aos estudantes com deficiência, na permanência e desempenho acadêmico desses estudantes na UEPB. Apresentaremos parte dos dados coletados e faremos a partir deles uma reflexão sobre a necessidade da formação docente para a prática da educação inclusiva na UEPB. A importância desta discussão se justifica pela sua contribuição à produção de conhecimento voltada para este objeto de estudo.

O referencial teórico que pauta a temática da formação docente é formado por autores, como: BUENO (1999); MARTINS (2009); FREITAS (2009); MIRANDA (2007); CHACON (2004); PIMENTA E ANASTASIOU (2008) e alguns arsenais jurídicos. Arsenal teórico o qual será apresentado no item da análise de dados da pesquisa e nas considerações finais.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente investigação foi desenvolvida utilizando as abordagens quantitativa e qualitativa, uma vez que realizamos uma pesquisa com informações e dados quantitativos e na sua análise fizemos uso da dimensão qualitativa. A referida pesquisa foi do tipo exploratória, assumindo a forma de estudo de caso. Os procedimentos empregados para a coleta de dados foram a análise de documentos, a aplicação de questionários, a realização de entrevistas e de sessões de observação do comportamento dos tutores, seus tutorandos e os professores dos cursos de graduação. A pesquisa documental envolveu os documentos acerca do Programa de Tutoria. A aplicação dos questionários teve como propósito a coleta de dados sobre a identificação e a caracterização socioeconômica dos estudantes com deficiência. As entrevistas com os tutores, tutorandos e professores dos cursos facilitaram a ampliação e o aprofundamento da comunicação com a pesquisadora, sendo um momento recíproco de troca de conhecimentos, de experiências e, conseqüentemente, de aprendizagem. Em especial, fizemos uso da entrevista semiestruturada realizada com um grupo de vinte e seis pessoas (sete estudantes com deficiência, nove tutores especiais, uma colega colaboradora, oito professores e uma coordenadora do Programa de Tutoria Especial), contendo perguntas básicas em torno do tema investigado, as quais foram gravadas e transcritas *verbatim*.

Foram igualmente conduzidas sessões de registro de observação direta (DANNA, MATOS, 2006) das interações de dois tutorandos, escolhidos dentre os sete participantes, em sala de aula e nas sessões de tutoria. Elegemos Gabriela¹, estudante com deficiência visual, e Pedro², estudante com surdez. No caso de Gabriela, foram conduzidas oito sessões de observação em sua sala de aula. Tais sessões ocorreram semanalmente durante os meses de novembro e dezembro de 2010 em um dos componentes curriculares frequentado pela referida aluna no terceiro ano do seu curso no turno da manhã. As observações das sessões do atendimento pedagógico individualizado do Programa de Tutoria Especial a esta aluna também foram conduzidas semanalmente durante o mesmo período, de maneira paralela às observações realizadas na sua sala de aula, totalizando um número de seis sessões.

¹ Nome fictício

² Nome fictício

No caso de Pedro, as sessões na sala de aula ocorreram durante o mês de junho de 2011, sendo duas sessões por semana, totalizando seis encontros. As referidas observações se realizaram em um dos componentes curriculares frequentado pelo estudante Pedro no turno da noite no segundo ano do seu curso. Não houve atendimento pedagógico individualizado do Programa de Tutoria Especial a este estudante com surdez, pois o tutor e Pedro residiam em cidades diferentes. De posse dos dados coletados, realizamos, então, a categorização e análise dos comportamentos interacionais.

Os conteúdos das entrevistas assim como dos registros contínuos das observações foram analisados de acordo com a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2009). Esta análise, segundo Minayo (1994) apresenta como finalidade compreender os dados coletados, responder as questões norteadoras da investigação e ampliar o conhecimento sobre o tema pesquisado. Dessa maneira, com a análise de conteúdo objetivamos compreender o sentido das comunicações e suas significações explícitas ou ocultas, e deste modo responder aos questionamentos que nortearam o estudo.

3 A ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA: EM FOCO A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Dentre os dados obtidos trataremos daqueles relacionados à formação docente. A forma de como os professores da Universidade devem lidar com os estudantes com deficiência foi tratada pelos entrevistados já no momento das entrevistas. Vejamos a fala de um dos sujeitos do estudo:

Uma coisa que eu acho importante a gente frisar é a formação dos professores aqui da universidade Eles precisam ter algum tipo de orientação... formação ... não capacitação ... formação ... formação ... o que é? ... é eles entenderem o que é inclusão ... é eles entenderem o que é trabalhar com o deficiente em todos os níveis: deficiente auditivo, o cadeirante, o deficiente visual etc. etc ... é aprender a lidar com essas pessoas, assim como você aprende a lidar com qualquer outro, (...). (Clarissa – Tutora de aluna com deficiência visual).

O depoimento acima, assim como outros obtidos nas demais entrevistas, revela a necessidade de promoção de formação para que sejam aprimorados tanto o trabalho da sala de aula, como as relações interpessoais professor-estudante.

Na realização das observações dos comportamentos em sala de aula dos estudantes Gabriela e Pedro, foi possível verificar a existência de uma preocupação por parte de seus professores para estabelecer uma boa interação com os estudantes especiais. Vejamos algumas transcrições de sessões de observação nas suas salas de aulas nas quais fica explícita essa preocupação:

... Em certo momento da exposição, a professora perguntou para a aluna especial: -“E aí Gabriela, tem alguma dúvida? Leu o texto com as meninas? Gravou?” A aluna respondeu em tom de voz baixo, o qual não deu para escutá-la. (Protocolo de observação da sala de aula de Gabriela do dia.16/11/2010)

... No final da resolução da questão, o professor fez sinal para que o estudante surdo fizesse o cálculo final em sua calculadora e revelasse o resultado para ele escrever no quadro. Assim o fazendo, o estudante surdo mostrou o resultado para o tutor, o qual o pronunciou em alta voz para toda a turma. Protocolo de observação da sala de aula de Pedro do dia.14/06/2011

No entanto, as situações nos remetem à necessidade da formação docente como fator de potencialização dos níveis do atendimento pedagógico de tais professores a seus estudantes com deficiência.

Na concepção de Bueno (1999), que pode ser facilmente generalizada para o ensino superior, a formação de professores para o trabalho com estudantes especiais envolve, pelo menos, dois tipos de formação profissional: a) dos professores do ensino regular com vistas a um mínimo de formação, já que a expectativa é da inclusão dos estudantes com “necessidades educativas especiais”; e b) dos professores especializados nas diferentes “necessidades educativas especiais”, seja para atendimento direto a essa população, seja para apoio ao trabalho realizado por professores de classes regulares que integrem esses estudantes.

Além de ser voltada para esses dois grupos de docentes, vimos, a partir de outros autores, que a política de formação deve envolver tanto a formação inicial, promovida pelos cursos de graduação, quanto a formação continuada, realizada para os profissionais que estão em serviço. Cada uma com sua importância e valor para a eliminação de barreiras que possam impedir a implantação da educação inclusiva.

A realização da formação inicial é imprescindível, uma vez que a oferta de disciplinas e/ou conteúdos sobre Educação Especial contribui para a formação de profissionais que saiam das universidades já com uma preparação básica e com o domínio de conhecimentos específicos para lidar com estudantes com deficiência.

Com efeito, a Portaria Ministerial nº 1.793/94³ foi criada a partir da necessidade de revisão dos currículos dos cursos de graduação do ensino superior para que esses preparassem adequadamente os estudantes que estão sendo formados para o ensino assim como de outros futuros profissionais que irão interagir com pessoas com deficiência.

Segundo Chacon (2004), a referida Portaria foi elaborada a partir do trabalho de um grupo de professores de diversas universidades do país, reunidos pela então SEESP/MEC, para análise de uma pesquisa promovida por essa Secretaria, junto às IES brasileiras, a respeito da formação por elas oferecida na área da Educação Especial. Depois da discussão do material, o grupo de trabalho “elaborou uma proposta de inclusão de disciplina específica, ou tópicos de Educação Especial em disciplinas dos cursos formadores de profissionais de 2º e 3º graus que atendem pessoas com necessidades educacionais especiais (p. 322)”, a qual foi encaminhada ao Conselho Federal de Educação em dezembro de 1993, dando origem à citada Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994⁴, que serviu como ponto de partida para que as IES começassem a repensar e a programar mudanças na sua grade curricular no tocante à formação na área da Educação Especial.

Além dessa Portaria, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída pela Resolução nº 2, de 11/09/2001, também previram a inclusão de conteúdos de Educação Especial na formação inicial dos docentes para o desenvolvimento de competências para se trabalhar com estudantes especiais. Para isso, é preciso que se invista na formação inicial docente com currículos bem mais elaborados e atualizados que articulem teoria e prática visando à educação inclusiva. No entanto, Martins (2009) enfatiza que diversas universidades ainda não se estruturaram para incluir disciplinas ou conteúdos relativos ao tema nos currículos dos seus cursos. Segundo a referida autora, outras o fazem de maneira precária, através da oferta de uma única disciplina com carga horária reduzida. Outro aspecto ainda destacado é que muitas disciplinas ainda são ofertadas apenas no curso de Pedagogia, e em caráter eletivo, ou seja, sem a obrigatoriedade dos estudantes a cursarem.

³ Recomenda a inclusão da disciplina “Aspectos Ético-Político-Educacionais da Normalização e Integração da Pessoa Portadora de Necessidades especiais” nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em todas as Licenciaturas e a inclusão de conteúdos relativos a esses aspectos nos cursos de graduação do grupo de Ciência da Saúde, no curso de Serviço Social e nos demais cursos superiores.

⁴ Para conhecimento de pesquisa realizada acerca das repercussões da referida Portaria nas IES brasileiras, consultar texto de Chacon (2004).

Apesar de a formação inicial ser bastante salutar para a execução da inclusão educacional de estudantes com deficiência, a política educacional também deve estender suas ações para a chamada formação continuada dos professores em serviço. Na concepção de Martins (2009, p. 85), este tipo de formação

contribui para suprir falhas deixadas por uma formação inicial inadequada ou insuficiente, ou seja, para diminuir lacunas existentes, para atualização do conhecimento teórico e prático diante dos avanços que vêm se processando na ciência e na tecnologia educacional, nas últimas décadas, com vistas ao atendimento mais adequado dos educandos, sem distinção (p. 85).

Nessa discussão sobre a formação docente para a prática da educação inclusiva, uma importante questão que se coloca é o dilema: professor generalista ou especialista. Sobre isso, Bueno (1999) se posicionou afirmando que esta dicotomia se constitui em falsa questão, uma vez que haverá a necessidade tanto do professor do ensino comum adquirir conhecimentos específicos sobre a área das deficiências, quanto do professor de educação especial ampliar suas habilidades de ensino para todo e qualquer estudante.

Corroborando com Bueno (1999), Freitas (2009, p. 102) afirma que

a formação do professor deve ocorrer na ótica da educação inclusiva, aliando a formação de especialista à formação geral dos profissionais da educação, a fim de que a qualificação docente implique na reestruturação das práticas pedagógicas [...].

Diante das reflexões realizadas à luz das obras dos autores citados, verificamos que a partir da implementação da educação inclusiva no sistema educacional brasileiro na década de 90 do século XX, a formação docente continuada passou a se constituir nos dias atuais como uma das ações que deve ser incluída, de maneira prioritária, nas políticas educacionais, por meio de investimentos na formação dos professores, inclusive dos docentes que atuam no ensino superior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realidade das universidades do nosso país, é perceptível a necessidade de qualificação dos professores universitários para lidar com os estudantes que apresentam deficiência. Tais ações se tornam extremamente urgentes e necessárias

para que ocorra a permanência desses estudantes em seus estudos de nível superior. Com efeito, o cotidiano das salas de aulas nas IES, em que tais estudantes estão inseridos, vem demonstrando a necessidade de transformação de práticas pedagógicas pautadas em aspectos que não condizem com os princípios da educação inclusiva.

Assim, uma das ações prioritárias na Universidade é a qualificação dos docentes acerca das necessidades educacionais do estudante com deficiência. Sobre isso, Miranda (2007) afirma que, apesar de muitas das ações das IES poderem ser consideradas como iniciativas de natureza inclusivas constata-se que, de uma maneira geral, a qualidade do processo ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência ficam a desejar, devido ao despreparo dos docentes, ocasionado pela falta de uma política de formação de professores e de equipamentos e materiais específicos para esses estudantes.

Sobre a docência no ensino superior, Pimenta e Anastasiou (2008) também destacaram, dentre outras questões, esse aspecto da formação dos docentes, enfatizando a falta de preparação específica para o exercício dessa docência, o que, segundo elas, favorece iniciativas de “formação contínua ou em serviço” (p. 36). Segundo essas autoras, ainda que os dados da UNESCO apontem para o crescimento do número de professores universitários, no período de 1950 a 1992, eles são, em sua maioria, docentes despreparados para desenvolver as funções de pesquisador e de docente.

A partir da experiência de pesquisa vivenciada na UEPB, vemos que essa realidade retratada pelos autores mencionados também se aplica nessa IES. De fato, detectamos nos dois momentos da nossa coleta de dados (entrevistas e observações) insegurança e carência de conhecimentos específicos nos professores para lidar com os estudantes com deficiência. Vimos que mesmo com a preocupação para desenvolverem uma boa interação com os estudantes especiais e de utilizarem procedimentos didáticos adequados às necessidades educacionais de tais estudantes, existe a necessidade da formação docente para uma melhor prática da educação inclusiva na instituição.

Dessa forma, ficou perceptível que é necessária a alocação de investimentos institucional na formação continuada do seu corpo docente para uma prática pedagógica que proporcione a permanência com sucesso dos estudantes especiais na academia.

5. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70/LDA, 2009.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política Educacional e a Formação de Professores. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 3, n. 5, p. 7-25, set. 1999.

CHACON, Miguel Cláudio Moriel. Formação de recursos em educação especial: resposta das universidades à recomendação da portaria ministerial nº 1.793. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 3, p. 321-336, set.-dez, 2004.

DANNA, Marilda Fernandes; MATOS, Maria Amélia. **Aprendendo a observar**. São Paulo: EDICON, 2006.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação docente sob a ótica da diversidade e da inclusão. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz (Org). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal: EDUFRN, 2009.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Política pública e formação docente para atuação com a diversidade. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz (Orgs). **Políticas e práticas educacionais inclusivas**. Natal: EDUFRN, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Therezinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: JESUS, Denise Meyrelles de et al (Orgs.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

UEPB. Universidade Estadual da Paraíba. **Resolução/UEPB/CONSEPE/013/2006**. Cria o Programa de Tutoria Especial no Âmbito da UEPB. Campina Grande, 2006.